



1 **Ata da reunião ordinária do Conselho de Planejamento da Universidade Federal de São Paulo,**
2 **realizada em 16 de julho de 2013.**

3 Aos dezesseis dias do mês de julho de 2013, nesta cidade de São Paulo, no anfiteatro à Rua Sena
4 Madureira, 1500, térreo, reuniram-se os senhores membros do Conselho de Planejamento da
5 Universidade Federal de São Paulo sob a presidência do Pró-Reitor de Planejamento Prof. Esper
6 Abrão Cavalheiro. Membros presentes: Adriano Kasiorowski de Araújo, André Roberto de Arruda
7 Machado, Andréa Rabinovici, Anita Hilda Straus Takahashi, Artionka Manuela Goes Capiberibe,
8 Elisângela Marina dos Santos, Esper Abrão Cavalheiro, Fernando Augusto de Oliveira Ribeiro
9 (representando a diretoria acadêmica do campus Diadema), Isabel Cristina Céspedes
10 (representando a diretoria acadêmica do campus Baixada Santista), Janine Schirmer, João Miguel
11 de Barros Alexandrino, Luís Eduardo Coelho Andrade, Luiz Leduino de Salles Neto, Marcelo de
12 Oliveira Palaro, Márcio Roberto Vacilloto, Marcos Leite Santoro, Moisés Cohen, Natália Rangel de
13 Souza, Nelma Lourenço de Matos Cruz, Pedro Fiori Arantes, Raquel Pinheiro Pimentel Montanari
14 Gouvea, Rosana Fiorini Puccini, Sonia Maria Oliveira de Barros, Tarcísio Martins Mendonça,
15 Virgínia Junqueira e Yago Carvalho Baldin. Membros titulares substituídos: Flávio Faloppa
16 (representante: Marcelo Esteves Cincotto dos Santos), Gilberto dos Santos (suplente: Everaldo
17 Dias Amorim), Karla Helene Marques Lima (suplente: Meire Ogussuko), Maria Lucia Oliveira de
18 Souza Formigoni (representante: Débora Amado Scerni), Suzilaine de Oliveira (suplente: João
19 Carlos Alves Duarte) e Rudolf Wechsler (suplente: Luciana Chagas Caperuto). Justificaram ausência
20 e não foram substituídos: Daniel Arias Vazquez, Georgia Mansour, Maria Angélica Pedra Minhoto,
21 Manoel João Batista Castelo Girão e Sheila Caroline Lemos Monteiro Evangelista. Não justificaram
22 ausência: Ana Carolina Cardoso da Silva, Antonio Carlos Lopes, Eduardo Luiz Machado (como
23 representante da diretoria acadêmica do campus Osasco), Emerson Stefanoviccius D'Anela,
24 Florianita Coelho Braga Campos, Gabriel Andrade Alves, Gustavo Humberto da Rocha, Maria José
25 da Silva Fernandes, Mylla Calefi, Nathalia Schimith Martins da Silva, Nilce Manfredi e Rafael Acácio
26 de Freitas. Membro suplente presente: Rodrigo Turini Cappa Preta. Convidadas: Luciana Massaro
27 Onusic (Coordenadora de Elaboração de Orçamento) e Marimélia Porcionatto (Coordenadora de
28 Sistema de Avaliação e Acompanhamento). Tendo os senhores conselheiros assinado o livro de
29 presença e havendo quórum com 32 membros presentes o Sr. Presidente inicia a reunião com o
30 **EXPEDIENTE**: A) Ata da reunião ordinária de 20/06/2013: aprovada por unanimidade, sem
31 ressalvas. B) "UNIFESP 2033": O Pró-Reitor de Planejamento apresenta aos conselheiros a
32 concepção do projeto "UNIFESP 2033" cujo objetivo é "desenvolver elementos que possibilitem o
33 reposicionamento estratégico da UNIFESP por meio de estudos prospectivos, baseados em ampla
34 articulação de pessoas e instituições, com visão de longo prazo". O Prof. Esper explica ser
35 simbólica a menção do ano de 2033, por marcar o centenário da Escola Paulista de Medicina,
36 "embrião" da UNIFESP. Trata-se de uma introdução sobre a temática do *foresight* estratégico e de
37 olhar o horizonte da UNIFESP com algum grau de governança. A visão de futuro, porém, requer
38 saber quem somos hoje, é fazer um diagnóstico institucional. O quanto a UNIFESP capta de
39 recursos hoje, o conhecimento dos projetos desenvolvidos por seus pesquisadores, aonde os
40 recursos são aplicados, atualmente esses dados não são claros. Há que se ter sistemas de
41 informação que conversem entre si, notadamente quando as informações envolvem dinheiro
42 público e precisam ser apropriadas por todos. A lógica de atuação do *foresight* estratégico envolve
43 três pilares que se retroalimentam – avaliação, informação e prospecção – que antecedem o
44 planejamento institucional. Os estudos prospectivos visam a redução de incertezas e riscos, em
45 processos baseados em informação estratégica de qualidade que conduzem às melhores decisões
46 com respeito aos gastos públicos e aos acordos sociais. Promovem ainda a adoção de políticas
47 institucionais que incorporam mais inteligência e a disseminação de uma cultura de pensamento

1



48 estratégico de longo prazo, além de consensos e compromissos que advêm do valor social
49 característico desses processos. Os estudos de futuro integram essa análise e apresentam como
50 fundamentos: a) inclusão dos *stakeholders* relevantes (governo, empresas, sociedade civil); b)
51 formatação ativa do futuro por meio de ações estratégicas no presente; c) validação das ações e
52 decisões dos diferentes atores e como essas podem impactar em um cenário futuro – não há
53 futuro pré-determinado. Ao fim de sua exposição alguns conselheiros pedem a palavra: a Profa.
54 Virgínia Junqueira, do campus Baixada Santista, solicita que a Pró-Reitoria de Planejamento
55 desenvolva uma programação de apresentação do projeto e o apresente aos *campi*, promovendo
56 ainda a discussão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que envolva efetivamente as
57 instâncias decisórias, além dos departamentos, comissões dos cursos e as câmaras de graduação,
58 extensão, pesquisa e pós-graduação. O Prof. Esper entende que os dois PDIs elaborados até hoje
59 não apontam caminhos e não mostram indícios claros de comprometimento institucional. O
60 *foresight* estratégico baseia-se em comprometimento dos atores institucionais e em um conjunto
61 de ações que serão validados pela comunidade com vistas a uma atitude de mudança, que
62 independem das mudanças de gestão. O Prof. João Alexandrino considera não haver massa crítica
63 no *campus* Diadema para pensar 2033, devida dentre outras coisas à fragmentação do espaço
64 geográfico que dificulta a circulação de ideias. Não crê em uma discussão coletiva no *campus*, sem
65 a presença de uma liderança, coragem política e de espaços apropriados para este debate. Com a
66 palavra, o Prof. Moisés Cohen parabeniza a apresentação e expressa seu entusiasmo pela ideia de
67 planejamento e a proposta de revisão da Missão, Visão e Valores institucionais. Coloca sua
68 preocupação de um projeto para 2033 pois acredita que um período aproximado de cinco anos
69 seria adequado para colocar os planos em ação, cobrar e ver resultados. Acredita que o
70 planejamento institucional só terá sucesso se for implantado com força de “lei”, com
71 envolvimento da comunidade e senso profissional. Com o fim das discussões o Prof. Esper informa
72 que reuniões de apresentação do Projeto UNIFESP 2033 estão sendo agendadas nos *campi*, sendo
73 que a primeira será realizada no *campus* Osasco, no dia 1 de agosto. C) Plano de Ação de
74 Infraestrutura 2013-2014 atualizado: o Pró-Reitor Adjunto de Planejamento explica que o
75 presente plano é uma atualização do material já discutido na última reunião e que foi revisado,
76 após a contribuição das diretorias e comissões de infraestrutura dos *campi*, e análise rigorosa dos
77 processos. O documento foi acrescido também de valores com memória de cálculo. A coluna que
78 representa o orçamento complementar solicitado para 2013, refere-se aos planos de trabalho já
79 enviados ao MEC. O Prof. Pedro Arantes informa que há dez dias a Reitora e equipe estiveram em
80 Brasília para uma primeira rodada de negociações dos planos de trabalho e amanhã, dia 17,
81 devem ir novamente em um esforço coordenado para a liberação desses recursos. Segundo
82 reporta o Prof. Pedro o MEC tem a UNIFESP na lista das cinco universidades federais que
83 estrategicamente foram eleitas como potenciais candidatas ao título de universidades de classe
84 mundial. Dificuldades conjunturais em virtude da estagnação econômica, aumento da inflação e
85 dos juros, com correspondente queda de arrecadação pública e contingenciamento de recursos,
86 entretanto, devem impactar a capacidade da UNIFESP em sanar seus problemas de infraestrutura.
87 Como complemento para 2013 foram solicitados R\$ 73,9 milhões e para o orçamento de 2014, R\$
88 394 milhões, prevendo obras em andamento e várias desapropriações, além de contratação de
89 projetos e novas obras. A Universidade ainda pode contar com a liberação de emendas
90 parlamentares, da ordem de R\$ 10 milhões, com parte do superávit de 2012 e restos de inversão
91 de capital. Para 2013, porém, o MEC está acenando liberar entre R\$ 10 a R\$ 15 milhões e já
92 solicitou à UNIFESP estimativa para o triênio até 2015. Aproxima-se de R\$ 1 bilhão os recursos
93 necessários para consolidação atual da UNIFESP, para atender com infraestrutura os cursos já
94 pactuados com o MEC e que estão em instalações precárias e exíguas. O valor é alto sobretudo

2



95 porque as demandas estiveram represadas por todos esses anos, sem planejamento e com baixa
96 efetividade do setor de engenharia. Apenas um edifício foi entregue dentro do Reuni até o
97 momento, na Baixada Santista, e mesmo assim sem atender sequer metade das demandas
98 daquele campus. Apesar da negociação tensa, existe uma compreensão do MEC com a situação
99 crítica dos *campi*, notadamente Guarulhos em 2012 e Diadema em 2013. O Plano de Ação,
100 portanto, está sendo útil para várias frentes de negociação. Com a palavra o Prof. André Machado
101 pergunta se os valores destinados ao PDInfra serão direcionados para a contratação das empresas
102 e se esses já integram o orçamento ou fazem parte de planos de trabalho. O Prof. Pedro responde
103 que os valores elencados em 2013 e 2014 referem-se à contratação das empresas para elaboração
104 dos PDInfra dos *campi*, integram os planos de trabalho apresentados ao MEC, mas deverão contar
105 com orçamento suplementar. A ProPlan vem recebendo orçamentos relativos aos PDInfra dos
106 *campi* Baixada Santista e Diadema em torno de R\$ 2 milhões para cada PDInfra. Os valores
107 preveem reserva de recursos até março de 2014, considerando que a LOA deverá ser aprovada
108 somente naquele mês. O estudante Marcos Vacilotto indaga se, além do sítio Morungaba, há
109 previsão de estudos de impacto ambiental na área urbana de Diadema que justifiquem a
110 concentração do *campus* no centro do município, de grande densidade demográfica; pergunta
111 ainda se há estudos dos possíveis riscos que o complexo Conforja pode oferecer. O Prof. Pedro
112 Arantes explica que o processo de licenciamento do sítio Morungaba continua em tramitação na
113 Cetesb. Devido a sua complexidade e extensão o processo deverá ser analisado pela empresa
114 contratada para desenvolver o PDInfra. Pretende-se que o Plano Diretor dê subsídios para a
115 melhor tomada de decisão em relação à Morungaba. Quanto ao Conforja, sua avaliação também
116 emanará do PDInfra que irá analisar os impactos ambientais, de localização e acessibilidade,
117 dentre outros. Os senhores conselheiros manifestaram outras dúvidas relacionadas ao Plano de
118 Ação, como valores de orçamento, aspectos técnicos de contratação de projetos e obras, e
119 inclusão de itens relacionadas aos *campi*. Estas foram devidamente sanadas pelo Pró-Reitor
120 Adjunto de Planejamento. **ORDEM DO DIA: 1º) Apresentação da Coordenadoria de Sistema de**
121 **Avaliação e Acompanhamento - início das discussões a respeito de Indicadores e Avaliação:** a
122 Profª Marimélia Porcionatto, Coordenadora de Sistema de Avaliação e Acompanhamento da
123 ProPlan, explica que o objetivo de sua apresentação é introduzir ao Conselho o tema dos
124 indicadores e avaliação e que, portanto, não se trata de tópico deliberativo. Em sua exposição traz
125 exemplos de sistemas de avaliação que tratam da avaliação individual e avaliação institucional.
126 Um mesmo indicador pode ser usado para propósitos diferentes – docentes podem ser avaliados
127 individualmente quanto à sua produção científica; já a distribuição do orçamento, planejamento
128 institucional e análise comparativa entre universidades também podem fazer uso da produção
129 científica como critério para suas ações. São citados o SINAES, a GED e a Matriz ANDIFES. O SINAES
130 é o sistema oficial do MEC para avaliação dos cursos e instituições de educação superior e é
131 operacionalizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). Trabalhando
132 em três grandes frentes - avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes –
133 o SINAES utiliza instrumentos complementares como a auto-avaliação, avaliação externa, ENADE,
134 avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). A auto-
135 avaliação é conduzida nas IES pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), cuja instauração é
136 obrigatória em todas as instituições. Na UNIFESP a CPA é presidida pelo Prof. Benjamin Israel
137 Kopelman e trabalha basicamente com indicadores quantitativos para aferir a qualidade dos
138 cursos, como dados diversos de infraestrutura local (salas de aula, biblioteca, anfiteatros,
139 laboratórios, salas de informática), e àqueles relacionados ao alunado de graduação e pós-
140 graduação, corpo docente e de técnico-administrativos em educação. A GED – Gratificação de
141 Estímulo à Docência foi instituída pelo MEC em 1998 e perdurou por dez anos. Consistia em um



142 sistema de avaliação individual do docente que era pontuado por atividade exercida – a
143 gratificação era concedida segundo essa pontuação, sem que fosse incorporada ao salário. A
144 Matriz ANDIFES é de certa forma uma avaliação institucional, pois compara as IFES para a
145 destinação do orçamento por meio do cálculo do aluno equivalente. Em certos aspectos a GED é
146 mais detalhada que a Matriz ANDIFES – contempla a hora/aula, supervisão de estágio, orientação
147 de TCC e orientação de programa de pós-graduação. GED e Matriz ANDIFES porém ressentem-se
148 de outros indicadores como os relativos ao Mestrado Profissional, Residência Multiprofissional e
149 destino dos egressos (graduação e pós-graduação). Outros indicadores que raramente constam
150 dos sistemas de avaliação são a produção intelectual (produção artística, cultural, desportiva),
151 inserção na comunidade e a captação de recursos. Após a apresentação a Prof^a Marimélia propõe
152 ao Conselho, para um primeiro exercício coletivo, a formação de grupos de trabalho temáticos em:
153 a) distribuição de orçamento; b) avaliação institucional e, c) avaliação individual. Em um segundo
154 momento poder-se-iam criar observatórios de ciência, tecnologia, cultura e educação. Os GTs
155 seriam formados por membros do CoPlan e também da comunidade. A Profa. Debora Scerni,
156 representando a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, enfatiza a importância da avaliação
157 interna, pois há desconhecimento e falta de valorização do que existe hoje na Universidade. Cita
158 exemplo de indicador que não é valorizado na Instituição, qual seja aquele que diz respeito às
159 atividades assistenciais e de inserção na comunidade, como as associações de pacientes muitas
160 vezes formadas a partir do trabalho ambulatorial dos departamentos acadêmicos. O Prof. André
161 questiona se a avaliação para o orçamento visaria quem é mais eficiente ou quem necessita de
162 mais recursos. A Prof^a Marimélia observa que essas questões deverão ser enfrentadas e que a
163 proposta dos grupos de trabalho é constituir-se em fóruns de discussão para essas matérias. O
164 Prof. Fernando comenta que as avaliações ainda se baseiam muito em dados quantitativos. É
165 necessário validar os dados qualitativos, se a UNIFESP almeja a internacionalização, por exemplo.
166 Já a Prof^a Virgínia Junqueira defende a qualidade do graduando como aferidor de qualidade
167 institucional. Em um outro ponto de vista a Profa. Isabel Céspedes observa a necessidade em se
168 ter uma boa pós-graduação para também qualificar a graduação. Após as falas dos conselheiros o
169 Pró-Reitor de Planejamento propõe convidar a CPA (Comissão Própria de Avaliação) para
170 apresentar o seu trabalho ao Conselho, e a formação de grupos de trabalho para estudar as
171 diferentes possibilidades de formulação de indicadores. A Prof^a Marimélia complementa que, em
172 um primeiro momento, um GT para o orçamento seria uma proposta mais viável, pela emergência
173 e aplicação prática do tema. O Prof. André é contrário à proposta pois em seu entender, já existem
174 comissões nos *campi* que vêm discutindo o orçamento. O Prof. Esper entende que a constituição
175 de um GT para o orçamento seria um modo de dar transparência ao processo. A premência em se
176 formar tal GT decorre do fato de ainda haver tempo hábil para analisar e estudar o orçamento da
177 Universidade - corre-se o risco de se chegar em 2014 com uma discussão e compreensão
178 superficiais sobre o orçamento e sua distribuição entre os *campi*. O Prof. Alexandrino vê com
179 temor um objetivo real e próximo relacionado à avaliação. Opta inicialmente pela promoção de
180 uma discussão institucional e filosófica na Universidade. A Profa. Débora, por outro lado, reforça a
181 ideia de se ter um objetivo claro na formação de um GT ou mesmo de um grupo de avaliação
182 institucional, de onde seria possível produzir alguns indicadores, que posteriormente poderiam ser
183 divulgados a outros órgãos (MEC, ANDIFES, etc). Diante do impasse das discussões e ao adiantado
184 da hora, o Prof. Esper sugere apresentar na próxima reunião do CoPlan uma proposta mais clara
185 relacionada à avaliação e à produção de indicadores institucionais, a ser elaborada pela equipe da
186 Pró-Reitoria de Planejamento. **2º) Termo de Referência para os Editais dos Planos Diretores de**
187 **Infraestrutura (PDInfra) dos *campi* Baixada Santista e Diadema:** O Pró-Reitor Adjunto de
188 Planejamento faz uma síntese da proposta dos Planos Diretores de Infraestrutura para os *campi*.



189 No momento a equipe do Setor de Planejamento de Espaços Físicos e Gestão de Imóveis vem
190 realizando levantamentos preliminares de documentos de terrenos e imóveis, plantas cadastrais,
191 levantamentos planialtimétricos e sondagens, e formulação de laudos, de modo a preparar todo o
192 material que deverá ser analisado pelas empresas contratadas para os PDInfra. Foram pesquisados
193 os planos diretores que estão sendo desenvolvidos ou revisados em diferentes IFES. Após análise
194 desses planos foi possível verificar que a maior parte deles possuem metodologias participativas e
195 trabalham segundo duas ênfases: 1ª) planos com ênfase legislativa: baseiam-se em planos
196 municipais, são muito normativos e aplicam-se a grandes cidades universitárias; e 2ª) planos com
197 ênfase em projetos: próprios das universidades *multicampi* inseridas nas cidades, trabalham com
198 desapropriações, projetos e obras. Quanto aos critérios para a contratação das empresas para o
199 PDInfra, está sendo exigida experiência em planejamento de políticas públicas e planejamento
200 territorial (urbano, ambiental, de transportes), além de corpo comprovado de especialistas que
201 auxiliem na tomada de decisões estratégicas. Como resultado do PDInfra são esperados
202 basicamente oito produtos: 1º) 01 relatório contendo levantamento documental, de legislação e
203 normas técnicas; 2º) 01 relatório contendo diagnóstico da utilização atual do *campus* e dos
204 imóveis existentes; 3º) Estudos de Futuro e de Cenários Estratégicos, em marcos temporais
205 prevendo ações em 5, 10 e 20 anos; 4º) Plano Temático 1: política de imóveis, programa de
206 necessidades e fluxos; 5º) Plano Temático 2: desenho urbanístico e estudo volumétrico das
207 edificações; 6º) Plano Temático 3: *campus* sustentável; 7º) Plano Temático 4: *campus* acessível; 8º)
208 Consolidação dos Planos Temáticos em um documento final que contará com um cronograma
209 físico-financeiro detalhados para todas as ações. Ao término da exposição o Prof. Pedro Arantes
210 lembra que conforme informado na reunião de junho os editais dos PDInfra dos *campi* Baixada
211 Santista e Diadema serão os primeiros, pois são as unidades em situação mais crítica. Serão
212 abertos ainda nesse semestre os processos de Guarulhos e São Paulo e, no primeiro semestre de
213 2014, os editais de Osasco e São José dos Campos. O Prof. Pedro explica que o objetivo dos Planos
214 Diretores é orientar e acelerar os processos relacionados à infraestrutura institucional. O Prof.
215 André pergunta qual a real contribuição e efetividade dos PDInfra nos *campi*, desde que o
216 investimento é grande e o planos não preveem a elaboração de Projetos Executivos. Respondendo
217 a pergunta o Prof. Pedro diz que os PDInfra vão organizar e otimizar os investimentos em
218 infraestrutura e contribuir para a permanência da comunidade acadêmica nos *campi* por meio de
219 estudos de melhor ocupação e acessibilidade aos espaços, notadamente nos *campi* Baixada
220 Santista e Diadema cujas edificações e atividades acadêmicas encontram-se pulverizadas naqueles
221 municípios. São também instrumentos de diagnóstico para detectar incoerências de localização e
222 distribuição de espaços, podendo ainda reavaliar o *lay out* existente das edificações. Por fim, o
223 PDInfra prepara os termos de referência para a contratação de Projetos Executivos para cada um
224 dos prédios que atenderão a demanda imediata. O Prof. João Alexandrino expressa sua
225 preocupação quanto a implantação do PDInfra e os projetos que já se encontram em andamento,
226 bem como a inserção desses dentro do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional). Pede uma
227 rediscussão do PDI e apoio da Reitoria para esse processo. Os Profs. Esper e Pedro reconhecem a
228 deficiência do atual PDI e de seu caráter apenas formal, desde que sua elaboração é obrigatória
229 pelo MEC. Esclarecem que o PDI está sendo revisto, para melhor atender as reais necessidades da
230 Universidade. Em relação às obras e projetos em andamento, o Pró-Reitor Adjunto explica que o
231 PDInfra vem para potencializar e orientar também essas ações. A elaboração do PDInfra será feita
232 *pari passu* ao que já vem sendo feito. Após essas considerações o termo de referência dos PDInfra
233 dos *campi* Baixada Santista e Diadema é colocado em votação. Por 21 votos favoráveis e 1
234 abstenção o termo de referência para os editais dos Planos Diretores de Infraestrutura dos *campi*
235 Baixada Santista e Diadema foi aprovado. **3º) Indicação de membros da sociedade civil para**

5



236 **compor o Conselho de Planejamento:** o Pró-Reitor de Planejamento comenta não haver ainda na
237 Instituição nenhuma regra formal ou definição clara de critérios para indicação de membros da
238 sociedade civil para os conselhos centrais. A Profª Artionka pergunta se não seria o caso de
239 aguardar o regimento interno do CoPlan, que discriminaria esses critérios e nortearia a indicação
240 de membros da sociedade mais indicados para o cargo. O Prof. João Alexandrino propõe que
241 nomes sejam sugeridos e colocados em votação. O Prof. Esper comunica então que a Pró-Reitoria
242 de Planejamento irá estudar e propor nomes de potenciais membros da sociedade civil para a
243 próxima reunião do CoPlan. **4º) Constituição de “Pontos de apoio” nos campi:** o Prof. Esper
244 esclarece que os “pontos de apoio” não constituem câmaras técnicas mas, sim, locais nos *campi*
245 que venham a facilitar a tramitação de processos e demandas pertinentes ao Planejamento,
246 conforme material prévio distribuído aos conselheiros. A ideia não é sobrecarregar os *campi*
247 com mais atribuições, mas promover a melhor articulação entre o *campus* e a ProPlan por meio de um
248 agente facilitador, que pode ser um docente ou técnico-administrativo em educação, com boa
249 capacidade de diálogo e interação junto às instâncias institucionais. Após o levantamento de
250 algumas dúvidas pelos presentes e dados os devidos esclarecimentos, o Sr. Presidente coloca em
251 votação a criação dos Pontos de Apoio e do facilitador que fará a intermediação entre o *campus* e
252 a Pró-Reitoria de Planejamento. Com 17 votos favoráveis e 1 voto contrário foi aprovada a
253 constituição dos Pontos de Apoio nos *campi* e a indicação de servidor responsável pela
254 interlocução entre o *campus* e a ProPlan. **5º) Constituição de Grupo de Trabalho para elaboração
255 do Regimento Interno do Conselho de Planejamento:** o Sr. Presidente propõe a criação de grupo
256 de trabalho para redigir o Regimento Interno do Conselho de Planejamento a fim de melhor
257 nortear e conduzir os trabalhos das sessões, em matérias que não constam no Estatuto e
258 Regimento Geral da UNIFESP. Foram indicados os seguintes membros: os professores João Miguel
259 de Barros Alexandrino (*campus* Diadema) e André Roberto Arruda Machado (*campus* Guarulhos),
260 os estudantes Marcelo de Oliveira Palaro (graduação, *campus* Diadema) e Marcos Leite Santoro
261 (pós-graduação, *campus* São Paulo) e os técnico-administrativos em educação Elisangela Marina
262 dos Santos (*campus* Baixada Santista) e Natália Rangel de Souza (*campus* São José dos Campos).
263 Os membros do GT terão o prazo de dois meses para apresentar sua proposta ao CoPlan. Nada
264 mais havendo a tratar o Sr. Presidente dá por encerrada a sessão. Para constar, eu, Eunice
265 Akiyama, secretária, redigi a presente ata que, após aprovada será assinada por mim e pelo Sr.
266 Pró-Reitor de Planejamento.

267
268
269 Prof. Dr. Esper Abrão Cavalheiro
270 Pró-Reitor de Planejamento

271
272
273 Eunice Akiyama
274 Secretária

275
276 **Ata aprovada em sessão de 17/09/13 com a seguinte ressalva: à linha 108, onde se lê “estudante Marcos**
277 **Vacilotto”, leia-se “técnico-administrativo em educação Marcio Vacilloto”.**